

O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA NA ANÁLISE DE DISCURSO¹: contribuição foucaultiana para a constituição de um campo interdisciplinar do saber

THE CONCEPT OF '*DISCURSIVE FORMATION*' IN DISCOURSE ANALYSIS: Foucault's contributions for the constitution of an interdisciplinar knowledge field

Pedro Farias Francelino (UFPB)

Abstract: In this paper, we intend to approach the concept of discursive formation, elaborated by Michel Foucault (2000) and used by some of the several tendencies of French discourse analysis, showing how it has been applied from the theoretical and methodological point of view, as well as its employment in other theoretical fields with which it identifies, as in the case of Maingueneau's ideas (1984) on the notions of polemics and interincompreensão.

Key-words: discouse analysis – discursive formation – interincompreensão.

Resumo: Neste trabalho, refletiremos sobre o conceito de formação discursiva postulado por Michel Foucault (2000) e empregado por algumas das várias tendências de análise de discurso francesa, mostrando como ele tem sido aplicado do ponto de vista teórico e metodológico, bem como sua utilização em outros domínios teóricos com os quais estabelece certa aproximação, como é o caso das formulações de Maingueneau (1984) acerca das noções de polêmica e interincompreensão.

Palavras-chave: análise de discurso – formação discursiva – interincompreensão

Considerações iniciais

A chamada escola francesa de Análise do Discurso (AD) constitui, contemporaneamente, um dos campos mais férteis das pesquisas em Linguística. Surgida na década de 60, na França, essa vertente trouxe grandes contribuições para o estudo do funcionamento da linguagem, especialmente no que diz respeito à explicação do funcionamento do discurso e os efeitos de sentido que dele podem ser extraídos. A disciplina se desenvolveu e, o que antes parecia uma preocupação apenas com um determinado tipo de discurso, como o político, estendeu-se a outros domínios e, hoje, é possível analisar

¹ Refiro-me à análise de discurso praticada por Pêcheux e seguidores.

discursos das mais diversas naturezas, como o religioso, o pedagógico, o científico, o publicitário, etc.

Contudo, o que é relevante destacar é a heterogeneidade da própria constituição da AD. Ela nasce da articulação de três grandes áreas do conhecimento humano: a Lingüística, a Psicanálise e o Marxismo (cf. ORLANDI, 2000). Por essa razão, houve contribuições em diferentes níveis de cada uma dessas disciplinas, cada qual com um conjunto de postulados que, articulados, possibilitaram a construção de um dispositivo teórico-metodológico capaz de mostrar na produção de linguagem o modo como o que se diz é dito. Nesse corpo teórico que constitui a AD, destaca-se o conceito de *formação discursiva*, trazido por Michel Foucault e que mostra a organização dos discursos dentro de uma determinada sociedade, segundo uma variedade de critérios. Ver-se-á, agora, em linhas gerais, como esse conceito foi incorporado à disciplina e como seu uso e aplicação se deram em outras formulações teóricas da AD, como nos trabalhos desenvolvidos por Maingueneau, especialmente no texto de 1984.^{2 3}

1. O conceito de formação discursiva na AD: um breve comentário sobre a “regionalização” dos sentidos

Seria praticamente impossível abordar a noção de formação discursiva – doravante FD – sem lidar com conceitos fundamentais como formações ideológicas, condições de produção de interdiscursividade, dentre outros. Sabe-se que um dos postulados básicos da AD é o de que o sujeito fala de um determinado lugar social, que é constitutivo desse sujeito. Dessa forma, as palavras veiculam diferentes sentidos dependendo da posição ideológica que ocupa o sujeito que fala. Esses sentidos, por sua vez, derivam de uma formação discursiva, que por sua vez constitui a instância material das formações ideológicas. É assim que funciona essa “engenharia discursiva”.

² Trata-se da obra *Gênese du discours* (MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese du discours**. Bruxelles: Pierre Mardaga, Editeur, 1984. (Tradução provisória feita pelo Prof. Sírio Possenti, por ocasião do curso Análise do Discurso, no período de 30 de junho a 11 de julho de 2003, na UFPE, Recife, Brasil).

³ Parto da hipótese de que Maingueneau tenha, se não explícita e diretamente, pelo menos por meio de relações (inevitavelmente) interdiscursivas, lido o texto de Foucault em que é elaborado o conceito de formação discursiva, cuja data, ainda na versão francesa, é de 1969. (cf. FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969).

Mas, o que vem a ser uma formação discursiva? Foucault (2000) discute o assunto a partir da formulação de quatro hipóteses segundo as quais os enunciados estariam agrupados e a partir dos quais seria possível descrever seu encadeamento e as formas unitárias sob as quais eles se apresentam.

A primeira delas diz respeito às relações entre enunciados que se referem a um único e mesmo objeto. Nesse aspecto, Foucault aborda o tema da loucura e aponta para o fato de que não existe permanência e singularidade de um objeto (tema), uma vez que esse tema se constitui pelo conjunto “do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a [a loucura] nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam.” (FOUCAULT, 2000: 36). Dessa forma, a unidade discursiva do tema loucura, por exemplo, não estaria no conjunto de enunciados de um único e mesmo objeto, mas na dispersão dos objetos. Admite-se, portanto, uma multiplicidade de objetos em que a preocupação se deve dar na formulação de idéias que mostram como ocorre a lei de repartição desses objetos.

A segunda hipótese para definir um conjunto de relações entre enunciados refere-se à forma e ao tipo de encadeamento desses enunciados. Foucault utiliza o exemplo da medicina do século XIX para mostrar que ela se constituiu não pela diversidade de conceitos abordados, mas por um certo estilo que tinha como principal característica uma visão comum dos fatos analisados. Mais uma vez, então, Foucault mostra que esse critério não permite definir a natureza dessa relação entre enunciados, mas seria preciso verificar a forma como eles coexistem num determinada época e o sistema que rege os movimentos de sua dispersão, exclusão, apoio, revezamentos, etc.

Na terceira hipótese, Foucault, utilizando como exemplo a gramática clássica, cogita a possibilidade de se estabelecer a sua estrutura conceitual, numa tentativa de verificar num conjunto de enunciados (como é o caso da gramática clássica) o que determinaria o sistema de conceitos permanentes e coerentes. Novamente, encontram-se limitações. Foucault propõe que se busque apreender essa relação entre enunciados não na aparente coerência dos conceitos – uma vez que essa unidade é falsa, pois há conceitos incompatíveis entre si dentro de um mesmo grupo e os próprios conceitos não se mantêm estáveis – mas na dinâmica de seus aparecimentos e de sua dispersão.

Por fim, na quarta hipótese, aponta-se a questão da identidade e da persistência dos temas. Foucault questiona a possível identidade de

temas abordados em ciências como a biologia e a economia, segundo as quais se poderia reunir um conjunto de temas que constituiriam uma unidade ao longo de um período da história humana. Ele mostra, por exemplo, a abordagem do tema do evolucionismo no século XVIII, que tratava do parentesco das espécies através de um *continuum* (as espécies foram evoluindo de um estágio a outro). Já no século XIX, a preocupação era descrever grupos descontínuos e analisar a interação entre um organismo e outro. Vê-se, então, que apesar de ser o mesmo tema, o discurso é diferente. São duas formas de ver o mesmo assunto.

Com essas hipóteses é possível perceber que Foucault não procurava observar as relações entre os enunciados na sua aparente unidade, mas na sua dispersão. Daí a idéia de descrever as dispersões e é nesse âmbito que Foucault propõe uma descrição dos sistemas de dispersão dos enunciados. Desse modo, ele postula seu conceito de formação discursiva nos seguintes termos:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva(...) (Grifo do autor) (FOUCAULT, 2000: 43).

Nesse sentido, o conceito de FD poder ser formulado como tudo o que numa dada formação ideológica, ou seja, a partir da inserção do sujeito numa dada situação sócio-histórica, pode e deve ser dito. É ela que circunscreve a produção de linguagem de um sujeito, fazendo-o falar a partir de uma determinada posição sócio-ideológica e determinando que sentido(s) pode(m) ser veiculado(s).

Um outro aspecto importante é que as FD's interagem com outras FD's. O que não se pode perder de vista, no entanto, é que uma FD é heterogênea a si própria, uma vez que não é possível determinar as zonas limítrofes de cada uma delas. Isso possibilita, simultaneamente, sua aproximação e distanciamento. Como afirma Orlandi (2000: 44),

(...) é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando

automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.

Mas, o que define, então, uma FD? Como apreendê-la? Ou, como saber que se trata de uma FD e não de outra? É o interdiscurso que disponibiliza dizeres, distribuindo-os entre as FD's de acordo com o que pode ser dito em cada uma delas. Esse interdiscurso se encarrega do funcionamento discursivo dentro de um determinado grupo social, fazendo com que as palavras se revistam deste ou daquele sentido, conforme sua inscrição nesta ou naquela FD. É por essa razão que não se dissocia língua, discurso e ideologia.

Dito isto, vejamos como o conceito de interincompreensão, elaborado por Maingueneau (1984), é teórica e empiricamente desenvolvido nos trabalhos deste autor. Para tanto, traremos algumas considerações sobre o termo e, em seguida, evidenciaremos-lo numa leitura que fizemos de um cartum, publicado no dia 01 de agosto de 2003⁴, em um jornal paraibano chamado *Correio da Paraíba*. Mostraremos como as atividades discursivas cotidianas – como a produção de um cartum em um veículo de comunicação – configuram uma prática de exercício da contrapalavra ao discurso de outrem⁵, sobretudo porque se trata de um texto ideologicamente marcado, como é o caso do material lingüístico (e não-lingüístico, se considerarmos que o elemento não-verbal, no gênero discursivo em questão, constitui um aspecto relevante para a explicitação do funcionamento da produção de sentido(s)) selecionado para este trabalho.

⁴ O material analisado data desse período porque este texto constitui uma adaptação do trabalho final apresentado à disciplina *Análise do Discurso*, ministrada pelo Professor Sírio Possenti no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFPE, Recife-PE, no período de 30 de junho a 11 de julho de 2003.

⁵ Emprego o termo no mesmo sentido em que foi postulado por Bakhtin e seu Círculo (cf. BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.

2. A polêmica nossa de cada dia

O conceito de interincompreensão – dentre muitos outros que compõem o arcabouço teórico da AD – permite-nos observar que os discursos não são neutros. Ao contrário, eles se caracterizam como instância de materialização de diferentes posturas ideológicas postas em movimentação pelo sujeito falante nas diferentes situações enunciativas. O que se deve compreender, fundamentalmente, é que os discursos reagem a outros discursos de forma adversa, a partir de sua própria perspectiva, isto é, as formações discursivas interagem com outras formações discursivas no espaço enunciativo encarando umas as outras a partir de seus vieses. Segundo Maingueneau (1984):

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete. (grifo nosso).

Nesse sentido, sabemos que uma determinada formação discursiva integra o seu Outro de forma a negá-lo através de uma posição ideológica divergente, definindo, conseqüentemente, o lugar desse Outro no espaço discursivo. É nesse aspecto que vemos fundada a polêmica, pois o Outro é integrado pelo discurso agente (aquele que se encontra em posição de tradutor) como simulacro, representado – numa semântica do discurso – pelos semas que definem a grade semântica daquela formação discursiva.

Dito isto, podemos afirmar que a interincompreensão refere-se à propriedade que os discursos apresentam de se relacionar com o seu Outro de forma antagônica, oposta, a depender, evidentemente, dos objetivos que se pretende alcançar com a sua utilização nesta ou naquela situação enunciativa. Essa interdiscursividade é marcada, de forma evidente ou não na superfície discursiva dos textos, pela polêmica, que se caracteriza pela possibilidade de um determinado sujeito interpretar o discurso do Outro a partir da grade semântica configurada em sua formação discursiva. Conforme o próprio Maingueneau (ibidem) afirma:

[...] esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete;

para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele.

Percebemos, nesse caso, que a noção de simulacro desempenha um papel fundamental para a compreensão da polêmica. Trata-se de ver um Outro discurso pelo viés do Mesmo e isso só é possível graças a uma espécie de sistema de filtragem, encarregado de “traduzir” o discurso Outro por mecanismos definidores da formação discursiva agente. Não devemos perder de vista, ainda, que é a formação discursiva que estabelece sua forma de existência com outros discursos, pois alguns admitem a coexistência com a multiplicidade de discursos; outros requerem para si exclusiva legitimidade.

É preciso, entretanto, que não se reduza a noção de polêmica a uma singela interação entre discursos em posições díspares. Isso seria um dado *a priori*, pois a interação é o aspecto constitutivo da existência dos discursos. O que se deve notar, contudo, são as formas como a polêmica se manifesta na superfície discursiva, dentre as quais destacamos a da citação, por corresponder a um recurso da heterogeneidade mostrada facilmente visível no discurso citante. Em termos mais concretos, nas manifestações discursivas cotidianas, diríamos que a negação do Outro pode ocorrer através do uso da citação, que consiste no fato de uma formação discursiva incorporar a voz do Outro em seu discurso apenas para anulá-lo.

A citação constitui uma das estratégias de simulacro mais comuns nos discursos “ideológicos”, pois é uma forma de expor o Outro ao flagrante de seu delito, já que segundo Maingueneau (1984) “[...] polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável.” Nesse sentido, o discurso citado – deslocado como se encontra da formação discursiva que lhe dá sustentação – é tomado como simulacro pelo enunciador agente. Um exemplo disso ocorre no discurso religioso. Sabemos que a religião cristã apresenta-se em duas facções principais⁶ que – embora mantenham crenças em comum – digladiam-se em alguns aspectos, como a questão da adoração a Maria e aos santos (imagens de escultura). É bem verdade que o fato se deve a

⁶ Refiro-me, aqui, ao Catolicismo e ao Protestantismo (cristãos católicos e cristãos evangélicos).

leituras divergentes do texto sagrado do cristianismo (a Bíblia). Por um lado, os cristãos evangélicos “traduzem” a fala dos cristãos católicos afirmando tratar-se de uma atitude de “idolatria”, “heresia”, pois, segundo eles (os evangélicos), o acesso a Deus não necessita de intermediários, haja vista que o Cristo já providenciara isso. Por outro lado, os cristãos católicos culpam os evangélicos de desprezarem Maria, primeiramente, por se tratar da mãe do Cristo e, depois, aos santos, que teriam sido homens realizadores de milagres e proezas neste mundo.

Observando-se pelo ângulo da noção de polêmica, logo vemos que são duas formações discursivas divergentes. Cada uma cita o Outro a partir de sua perspectiva. Como afirma Maingueneau (1984), “a polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro.” E o que se deve ficar claro é que não existe, nesse tipo de relação, o “certo” e o “errado”; ou o que defende e o que ataca. O que existem são posições enunciativas ocupando espaços discursivos diferentes.

Do exposto, é preciso enfatizar que a polêmica é constitutiva da interdiscursividade e que é nessa relação interincompreensiva que os discursos garantem seu modo de existência. Nas palavras de Maingueneau (1984), “poder-se-ia dizer que a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se.”

Por fim, é necessário compreender ainda que o discurso não nasce do nada, mas de uma situação preexistente, que regula as leis de seu aparecimento. É o interdiscurso, a memória discursiva, esse grande Outro que permite o surgimento dos discursos, inevitavelmente em relação polêmica. Só não podemos nos esquecer de que a interincompreensão tem também seu lado positivo: é que ela nos coloca dentro de certas redomas, possibilitando que pelo menos no interior de um discurso “haja compreensão e se fale da mesma coisa e da mesma forma”. Com fins ilustrativos, como já foi dito, veremos como esse conceito pode ser observado nas práticas discursivas cotidianas

3. O cartum: o direito à réplica, à tréplica...

Um princípio de que não se pode abrir mão quando se aborda a questão do discurso é o de que ele é situado sócio-historicamente. Dessa forma, quando nos deparamos com um texto como o cartum ou a

charge, existem características de natureza semiótica (como a necessária relação entre linguagem verbal e não-verbal), textual (ela apresenta uma coerência interna resultante da combinação desses tipos de linguagem) e enunciativa (tais gêneros são produzidos para uma seção específica do jornal, preenchendo determinadas condições enunciativas) que possibilitam a percepção clara dos embates discursivos que se travam entre as formações discursivas no espaço da enunciação. Passemos, então, ao enunciado do gênero:



Correio da Paraíba, 01 de agosto de 2003. (Caderno A-6)

Falta gás, falta água, falta luz, falta emprego, falta comida, falta casa, falta governo...

Conforme-se, pelo menos em matéria de falta o Brasil **sobra!!**

Percebemos, nesse trecho, que o enunciador analisa a situação político-social do país a partir de um ponto de vista condizente com formação discursiva em que se encontra, que é a de um sujeito inconformado com a administração política da nação brasileira. Certamente um representante legítimo do governo não exporia essa situação nesses termos, mas de forma a mascarar, através de artifícios lingüístico-discursivos, a realidade tal como se apresenta. No entanto, o que vemos no texto é uma dose de sarcasmo, configurada no léxico (veja-se a palavra *sobra*). O material semiótico não-verbal também denuncia essa idéia, corroborando com o texto verbal, uma vez que observamos dois indivíduos caminhando provavelmente sem rumo, numa cidade de médio porte, conforme sugere a presença de prédios na gravura. Os dois se solidarizam no compartilhamento de situações de vida comuns. Ambos estão vivenciando as mesmas experiências.

Constatamos que o tom sarcástico no final do enunciado revela, de forma humorística, a “tradução” do discurso Outro (no caso, o governo), que postula mudanças sociais, como as medidas emergenciais já providenciadas, a exemplo do programa social Fome Zero. Embora o governo tenha reiterado enfaticamente sua proposta de trabalho, esse discurso materializa-se no gênero⁷ em seu lado avesso, enunciado em forma de simulacro defendido por uma posição enunciativa clara, assumida.

Temos, assim, instaurada uma relação polêmica. No caso em análise, o enunciador do cartum seria – nos termos de Maingueneau – o sujeito que estaria apanhando em flagrante o “adversário” (o governo) por este estar infringindo ou pelo menos não estar pondo em prática a “Lei” (proposta de trabalho). Isso configura uma relação interdiscursiva conflituosa, em que posições enunciativas diferentes se enfrentam. Tanto é assim que a leitura deste gênero discursivo nos leva possivelmente a uma situação de tomada de posição: ou nos solidarizamos com a posição discursiva do enunciador e, de quebra, ainda damos boas risadas com o humor do texto ou simplesmente achamos o cartunista um idiota ocioso, porta-voz da direita que apenas deseja “sujar” a imagem de um governo que se propõe a lutar por condições de vida dignas para a grande maioria da população, composta pela classe trabalhadora. Alie-se a esses aspectos, ainda, o efeito de sentido da expressão “falta governo”. Sabemos que a chegada da esquerda ao poder gerou muita expectativa na população. O povo tem esperado a consolidação de uma mudança social rápida, imediata. Então, enquanto o governo discursa sobre o que está fazendo e como tem desenvolvido seu trabalho, o enunciador – a partir dos valores de sua formação discursiva – traduz o discurso do Outro negativamente, expondo seu lugar enunciativo na cadeia discursiva, anulando o discurso alheio. É relevante destacar que essa polêmica é condição constitutiva da própria existência dos discursos, como afirma Maingueneau (1984): “O discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à discursividade para constituir-se.” É nessa perspectiva que

⁷ O conceito de gênero (discursivo) empregado aqui é o desenvolvido por Bakhtin (cf. BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. [tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão; revisão da tradução Marina Appenzeller]. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção Ensino Superior). 421p.

se desenvolve a interação semântica dos discursos nas situações enunciativas.

Considerações finais

Enfim, é possível perceber a importância dos postulados foucaultianos para o campo da Análise do Discurso em sua contribuição não apenas teórica – quando discutiu o sistema de agrupamentos de enunciados – mas também metodológica, disponibilizando um instrumento de análise que permite a descrição e análise do funcionamento da linguagem humana em seus aspectos sociais, culturais e ideológicos. O conceito de formação discursiva constitui uma noção fundamental na medida em que mostra a condição do sujeito falante determinado por uma situação social e histórica definida e que não é a fonte do sentido, uma vez que este deriva exatamente dessas posições sociais que ocupa.

Do que foi exposto, percebemos que não há como o sujeito fugir dessa condição da discursividade, que é a de estar ocupando posições enunciativas. Falamos e falamos de lugares diferentes, trazendo sempre a voz do Outro de forma dissimulada, anulada. É essa a estratégia que adotamos, mesmo inconscientemente, para garantir um espaço nessa "engenharia" discursiva. A voz do Outro aparece, mas vem em forma de simulacro, apenas para consolidar nossas perspectivas, para nos firmar no alicerce discursivo, ideológico, para nos fazer aparecer e calar o Outro. Nesse sentido, lembramos Bakhtin, para quem a palavra é um território arenoso, lugar de luta de posições ideológicas. Isso é polêmica. Isso é interincompreensão. É assim que funciona o engenhoso mundo da discursividade.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196p.
- FOUCAULT, Michel (2000). *A arqueologia do saber*. 6.ed. tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 239p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, Editeur, 1984. (Tradução provisória feita pelo Prof. Sírio Possenti, por ocasião do curso Análise do Discurso, no período de 30 de junho a 11 de julho de 2003, na UFPE, Recife, Brasil).
- ORLANDI, Eni P. (2000). *Análise do discurso: princípios & procedimentos*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes. 100p.
- _____. (2001). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes.

